



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8045

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Servidores – Câmara Municipal de Montes Claros

Autoria: Mesa Diretora

Data: 22/11/2011

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 189/2011. Estende aos servidores do Poder Legislativo de Montes Claros o direito previsto na Lei nº 3.437, de 13/09/2005, que concede abono de 3% aos servidores efetivos ativos. (Referente à Lei nº 4.436, de 01/12/2011).

Controle Interno – Caixa: 22

Posição: 12

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: Servidores
Ox: 22
Ordem: 12
nº fls: 05



134/2011

29.11.2011

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 189/2011.

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Estende aos Servidores do Poder Legislativo o Direito Previsto na Lei Municipal 3.437, de 13 de setembro de 2005.

MOVIMENTO

Entrada em 22/11/2011
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - APROVAÇÃO EM REGIME DE UR-
- 3 - GÊN CIA. 29.11.2011.
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Às Comissões
22/11/2011

PROJETO DE LEI Nº **189** 2011

**ESTENDE AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO
O DIREITO PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 3.437,
DE 13 DE SETEMBRO DE 2.005.**

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estendido, a partir do dia 1º (primeiro) de janeiro de 2.012, aos servidores efetivos da ativa do Poder Legislativo Municipal, o mesmo direito previsto no Art. 1º da Lei Municipal nº 3.437, de 13 de setembro de 2.005.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 22 de novembro de 2011.

Vereador – Valcir Soares Silva
Presidente da Câmara

Vereador – Sebastião Hdeu Maia
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS -MG

As despesas decorrentes do abono proposto no projeto de lei 189/2011, cujo valor mensal é estimado em R\$ 3.290,00 (três mil duzentos e noventa reais) e um valor anual de R\$ 42.770,00 (quarenta e dois mil, setecentos e setenta reais) correrão a conta da dotação orçamentária:
DOTAÇÃO : 01.01.01.01.122..0001.2.007.31.90.11.00

**Estimativa do Impacto orçamentário – Financeiro 11/2011
(artigo 16 LC 101/2000)**

PREMISSAS: Valores atuais dos vencimentos com expectativas de reajustes futuros.

Metodologia do cálculo :

Especificação	Exercício de 2012	Exercício de 2013	Exercício de 2014
Despesa	42.770,00	47.902,00	53.650,00
Previsão Orçamentária	11.168.394,00	12.500.000,00	14.500.000,00
Estimativa do impacto Orçamentário financeiro	0,38 (trinta e oito centésimo por cento)	0,38 (trinta e oito centésimo por cento)	0,37 (trinta e sete centésimo por cento)

Concluimos, com base na estimativa acima, que a entidade dispõe de recursos orçamentários e que de acordo com a previsão de arrecadação (transferência do Executivo) haverá recursos financeiros suficientes para a realização destas despesas.

Montes Claros-MG., 22 de Novembro de 2011

IVAN FONSECA DE OLIVEIRA
Contador CRC/MG 39.291

**Declaração de Compatibilidade da Despesa
(Art. 16, Inciso II da LC 101/2000)**

Declaro, para os devidos fins que a ampliação da despesa supra citada, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária e está compatível com o plano plurianual e com a Lei de diretrizes Orçamentárias.

Montes Claros-MG. 22 de Novembro de 2011

VALCIR SOARES DA SILVA
Presidente da Câmara.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE
EM DE
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 26 DE NOVEMBRO DE 2011
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 189/2011 QUE “Estende aos Servidores do Poder Legislativo o Direito Previsto na Lei Municipal nº 3.437, de 13 de Setembro de 2.005.”, de autoria da Mesa Diretora

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento tem por fim alterar dispositivos da Lei 3.437/2005, estendendo aos servidores do Poder Legislativo Municipal o direito previsto no artigo 1º da Lei 3.437/05, revelando-se questão de interesse local e interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou em sua iniciativa.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 23 de novembro de 2011.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 189/2011

AUTOR: Mesa Diretora

MATÉRIA: "Estende aos Servidores do Poder Legislativo o Direito Previsto na Lei Municipal 3.437, de 13 de setembro de 2005."

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 22/11/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 23/11/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo estender aos servidores do Poder Legislativo o direito previsto na Lei Municipal 3.437, de 13 de setembro de 2005.

O direito previsto na Lei Municipal 3.437, de 13 de setembro de 2005 é a concessão de no percentual de 3% ao servidor efetivo na ativa do Executivo Municipal tendo em vista a alteração da contribuição previdenciária de 8% (oito por cento) para 11% (onze por cento), prevista na LC 14§1º.

O que se pretende, portanto, é estender esse mesmo direito aos servidores do Poder Legislativo, nas mesmas condições, vigorando, no entanto, a partir de janeiro de 2012.

Nos termos da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno compete à Mesa Diretora legislar sobre questões administrativas e de pessoal, no âmbito do Poder Legislativo.

Assim sendo, a presente proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2011.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Suplente: Ver. Elair Augusto Pimentel Gomes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
PROCURADORIA GERAL

MONTES
CLAROS

LEI Nº 1437 DE 13 DE SETEMBRO DE 2005

CONCEDE ABONO A REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DO
SERVIDOR EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME
§ 1º DO ART. 14, DA LEI COMPLEMENTAR 002/2005, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O Poder do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara
Municipal aprovou, e, o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Considerando o disposto no art. 14 e 31 da Lei Complementar
Municipal que alterou a contribuição previdenciária do servidor efetivo, passando-a de 8% (oito por
cento) para 11% (onze por cento), fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder abono de
13% (três por cento) incidente sobre a remuneração de contribuição dos servidores efetivos na ativa.

Art. 2º - O abono previsto nesta lei será concedido a partir de 07 de outubro
de 2005.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as
disposições em contrário.

Montes Claros, 13 de setembro de 2005.

Athos Avelino Pereira
ATHOS AVELINO PEREIRA
Prefeito Municipal

ULTORIA

JORNAL GAZETA

15.09.2005